

Maia acusa empresa de engenharia

As grandes empresas de engenharia e construção pesada foram os principais canais para o pagamento de comissões irregulares aos bancos estrangeiros, segundo revelações do ex-secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, César Maia. Mesmo omitindo o nome da empresa envolvida, ele citou como exemplo um fato ocorrido em 1984, quando diversas estatais e vários estados da federação foram obrigados a pagar adicionais de 10%, quando as comissões de mercado estavam em 3% e nunca chegavam aos 4%.

O esquema, segundo César Maia, era simples. A empreiteira recebia da entidade a ser beneficiada pelo empréstimo a garantia que seria escolhida para realizar um determinado empreendimento. A seguir "conseguiam milagrosamente" os recursos necessários junto à instituição bancária no exterior, obtinham a prioridade da Seplan para internar o recurso, e além de receber as comissões devidas ganhava ainda na obra, que recebia um over price por força das comissões.

O Estado do Rio de Janeiro, na opinião do ex-secretário, até hoje não fechou qualquer operação desse tipo. Entretanto, ao final de 1984, testou uma dessas propostas para a realização de obras de saneamento na Baixada Fluminense.

"Como nossas solicitações eram sempre negadas pela Seplan, pedimos, sem qualquer esperança, recursos para iniciar o empreendimento, através de uma empreiteira, e tivemos a surpresa de conseguir. Pedimos US\$ 300 milhões, mas só conseguimos US\$ 50 milhões, que mesmo assim estão até hoje bloqueados no Senado Federal, que não aprovou o repasse. Pouco depois conseguimos um financiamento do Banco Mundial para as obras de saneamento da Baixada e esquecemos aqueles recursos externos", garantiu.

Nos primeiros meses do ano passado diversos processos desse tipo foram autorizados pela Seplan e o próprio Diário Oficial do Poder Legislativo informa, após o recesso daquele ano, várias outras

operações similares em andamento — o que poderá ser constatado facilmente através de uma pesquisa junto às empresas estatais ou com os Estados favorecidos.

O mais grave entretanto, segundo César Maia, foram as operações realizadas entre 1982 e 1984, por diversos Estados e Municípios, nas quais a empreiteira assumia uma operação 63 (emprestimos em moeda estrangeira autorizados pelo Banco Central), e através de um artifício legal transferia aos bancos estaduais as responsabilidades finais e os encargos da operação.

O ex-secretário de Fazenda lembrou ainda que em 1984 "inúmeras vezes foi procurado por representantes de bancos estrangeiros que propuseram operações externas com o pagamento de comissões, muito superiores às de mercado. "Nossa resposta foi sempre negativa já que optamos por rolar nossa dívida externa através do Banco do Brasil".